

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2017
CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA A OPERACIONALIZAÇÃO DA FOLHA DE
PAGAMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS

Aos vinte e dois dias do mês de agosto de 2017, terça-feira, no auditório do Anexo IV da Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins – SEFAZ/TO, localizado à Quadra 103 Sul, Rua SO-7, nº 05, Plano Diretor Sul – CEP 77015-030, Edifício Dona Yayá em Palmas, Tocantins, às 9 horas e 30 minutos, teve início a presente Audiência Pública nº 01/2017, convocada por intermédio do AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2017, publicado no Diário Oficial do Estado do Tocantins do dia 1º de agosto de 2017, página 35, no Diário Oficial da União do dia 2 de agosto de 2017, na Seção 3, página 155, e no Jornal do Tocantins do dia 2 de agosto de 2017, página 6. A presente Ata destaca os principais pontos da citada audiência. A audiência foi aberta pela Assessora de Comunicação da Secretaria da Fazenda, Maria Arlete de Carvalho Lima que, após a saudação, apresentou a composição da mesa, com a presença do Secretário da Fazenda, Paulo Antenor de Oliveira, da Subsecretária da Fazenda, Dilma Caldeira Moura e da Superintendente do Tesouro, Ana Ferreira. Em atendimento ao Art. 39 da Lei 8.666/93, deu início à Audiência Pública para apresentação e discussão da licitação, que terá como objeto a contratação de instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, para operacionalização do pagamento da folha de salários dos servidores estaduais ativos e inativos, pensionistas e estagiários, do poder executivo do Governo do Estado do Tocantins. Informou ainda que, a Audiência Pública é um dos procedimentos legais exigidos para licitação com valor acima de 150 milhões de reais e, faz-se necessária, diante do encerramento do atual contrato, previsto para o próximo mês de dezembro. A sessão foi aberta a todos os interessados, com direito à manifestação de viva voz, àqueles que foram credenciados previamente. Com a palavra o Secretário da Fazenda, Paulo Antenor, iniciou suas considerações agradecendo a todos pela presença, dizendo que é um ato importante para dar transparência e oportunizar a manifestação de todos no processo. Que o Tocantins não tem experiência em licitação de folha, por isso procurou processos similares no Brasil para ser discutido e conta com a colaboração de todos. O Governo do Tocantins deseja uma licitação de sucesso, por serem recursos importantes e que, devido à crise que tem afetado as finanças dos Estados, a venda da folha é um passo importante para buscar colocar nossas contas em dia. Registrou novamente seus agradecimentos às instituições que compareceram, demonstrando interesse em conhecer o processo, esperando que participem da licitação, porque demonstra que estamos caminhando no caminho correto e melhor para o Estado do Tocantins. Assim encerrou, pedindo o início da apresentação. Com a palavra a Sra. Arlete, pediu que fosse recebida a representante da Secretaria da Administração, Diretora de Controle de Pessoal e Folha de Pagamento, Vagléia Inácio Montelo Camarço, que compôs a mesa. Na continuidade, anunciou a Gestora Pública da Secretaria da Fazenda, Mara Rabelo, para apresentar a especificação dos serviços a serem licitados, para possibilitar aos interessados a prévia manifestação quanto às exigências para a contratação de instituição financeira, autorizada pelo Banco Central do Brasil, para operacionalização do pagamento da folha de salários dos servidores estaduais ativos, inativos, pensionistas e estagiários do Poder Executivo do Governo do Estado do Tocantins. Informou ainda, que após a apresentação os credenciados poderiam se manifestar oralmente, por ordem inscrição. Com a palavra a Sra. Mara, após os cumprimentos, expôs a objetividade da apresentação sobre a venda da folha dos servidores ativos e inativos, de todos os órgãos da administração direta e indireta, Fundações e Autarquias, mais o IGEPREV e mais a Fundação Unitins. Informou que algumas dúvidas já foram encaminhadas à Secretaria da Fazenda, acreditando que outras serão dirimidas com a apresentação e que ao final poderão se manifestar. Iniciou com a fundamentação e com os procedimentos exigidos na Lei 8.666/93, respondeu a um questionamento anterior sobre a exposição de todos os CNPJ dos órgãos que comporão a folha, dizendo que essa informação será fornecida no processo, mas não nesse momento. Informou que o objetivo da apresentação é tornar público os interesses, o objeto do certame e discutir os procedimentos. Com a apresentação sendo projetada em tela, explanou o objeto da



contratação, salientando que a presente contratação abrange somente a folha dos servidores, que os demais serviços financeiros que o Estado utiliza, continuam com o banco oficial. Discorreu sobre: Valores Operacionalizados; Valores Operacionalizados IGEPREV; Composição do Quadro de Pessoal, acrescentando que é para esses que os lances serão ofertados; Composição do Quadro de Pessoal – Ativos, Composição do Quadro de Pessoal – IGEPREV; Pirâmide Salarial Ativos do Poder Executivo e Inativos, Pensionistas e Ativos do IGEPREV, acrescentando que, em caso de interesse, esses dados poderão ser mais detalhados no Edital; Estrutura de Atendimento, acrescentando que o prazo é de 5 anos; Pacote de Serviços; Exigências de Habilitação. Nesse momento Foi recebido o Secretário da Administração, Geferson Barros Filho, que compôs a mesa. Na continuidade, Prazo e Condições de Pagamento, informou que o valor foi estimado na nota técnica emitida pela Superintendência do Tesouro Estadual que avaliou o valor de outros estados, a venda de outras folhas, relatórios de instituições financeiras e o número de servidores que o Estado tem, com média da previsibilidade e da lucratividade; Procedimento Licitatório. Encerrou, abrindo as manifestações dos inscritos e agradeceu. Cedida a palavra ao Secretário da Fazenda, agradeceu a presença do Secretário Geferson e reforçou aos presentes, ser o momento de fazer considerações e perguntas, porque não temos ainda a experiência de licitação da folha e que o objetivo da audiência é ouvir e que toda consideração será muito bem vinda. Com a palavra o Sr. Geferson, cumprimentou a todos e reiterou as palavras do Sr. Paulo e acrescentou que é um momento importante para o Estado, esperando que se obtenha bastante sucesso na venda da operacionalização da folha, informando a presença da Vagléia, diretora da folha, e o Glauber, técnico da folha, para sanear eventuais dúvidas que tenham e o objetivo de fato, nos termos que a Secretaria da Fazenda definiu para o processo de escolha da empresa que fará a operacionalização da folha de pagamento, a garantia de que tenhamos os melhores lances, porque é uma fonte de ingresso de receita importante neste momento e que, acima de tudo, tenha uma melhoria de oferta de serviços para nossos servidores. Continuou, como Secretário da Administração tenho a preocupação de levar o melhor serviço para nossos servidores, com as menores taxas possíveis e com a garantia de rapidez da portabilidade da escolha do servidor, do banco pelo qual ele queira receber o seu salário. Acrescentou que estão à disposição para eventuais dúvidas de caráter técnico em relação aos quantitativos, valores de folha e a condição fiscal da evolução de folha no período, temos condições de apresentar em caso de dúvidas e encerrou agradecendo. A palavra retornou à Sra. Arlete que disse ter sido informada, de que as dúvidas dos inscritos foram sanadas na apresentação. Entretanto, a representante do Banco Santander, Juliana de M. Castro, com cumprimentos se manifestou sobre a questão da necessidade de ter agências nas cidades de Gurupi, Paraíso e Porto. Sugeriu que poderia incluir no Edital o tamanho da agência ou posto de atendimento bancário de acordo com o número de funcionários que tem em cada cidade, porque a partir do momento que se especifica que tem que ter uma agência bancária, talvez exclua alguns bancos por não ser interessante montar uma agência. Continuou, mas um PAI – Posto de Atendimento Bancário ou agência menor, podendo ser até exclusivo para os servidores da cidade, dessa forma trazer outros bancos para participar do pregão. Retomando a palavra, o Secretário da Fazenda disse que considerou a sugestão, que não seria dada uma posição no momento, mas será estudado. Na continuidade outro participante se manifestou, Sr. Antonio Carlos, representante do Banco Itaú, com cumprimentos e agradecimentos pela participação, iniciou dizendo que com base na experiência de participação noutros estados e noutras licitações, registrou a sugestão de contemplar no Edital que, naquelas cidades onde o licitante vencedor não tiver agência bancária, ele transfira o recurso do pagamento para o banco que lá está, para os servidores, naquela conta, sem nenhum custo ao Estado e sem nenhum custo ao servidor. Continuou dizendo que isso funciona muito bem, com exemplo da licitação do TJ de Minas Gerais, em determinado município onde o Banco Itaú não tem agências mas o Banco do Brasil tem, então a vida do servidor no Banco do Brasil não muda, transferindo a TED pra ele. Continuou, informando que toda a estrutura que se vai criando, isso onera, e como colocado pela colega do Santander, impor abrir uma agência numa cidade que ainda não está com a maturidade necessária, pode impossibilitar de participar da licitação. Reforçou a sugestão e agradeceu. Com a palavra o Secretário da Fazenda, agradeceu a ponderação e disse que serão analisadas as duas colocações, que são correlatas, e que não se pode ser restritivo e ter cautela, que serão consideradas sim. Um participante, sem microfone,



perguntou se a apresentação poderia ser divulgada para os bancos. O Sr. Paulo respondeu que sim, solicitando à Sra. Arlete que divulgue no sítio da SEFAZ, para a população e para o servidor, que é o principal interessado. A Sra. Arlete disse que, no sítio da secretaria www.sefaz.to.gov.br estará na primeira página, onde terá uma notícia à respeito e um documento anexado. Sem mais manifestações, a Sra. Arlete encerrou, dizendo que na certeza de que a realização desta Audiência Pública respalda a transparência de seus atos e enaltece os princípios da administração pública. O Governo do Tocantins agradece o interesse, presença e participação de cada um dos senhores. Às 10 horas, esta audiência pública foi dada como encerrada. Após ser lavrada a presente Ata, será publicada no Diário Oficial do Estado e no sítio www.sefaz.to.gov.br da Secretaria da Fazenda.

Paulo Antenor de Oliveira
Secretário Da Fazenda

Ana Ferreira
Superintendente do Tesouro